

# Jovens e participação política

Paulo Cesar Rodrigues Carrano\*

Estão reunidas neste texto as teses e dissertações que traduzem um interesse clássico dos estudos sobre Juventude, ou seja, a participação política dos jovens, sobretudo aquela nascida da condição estudantil.

No amplo espectro das questões envolvidas nessa temática, duas devem ser inicialmente consideradas: a primeira diz respeito à ênfase das pesquisas que compreenderam, de modo predominante, a participação estudantil a partir dos moldes observados nos anos 60 e 70, privilegiando o exame das entidades estudantis ou das práticas, representações, orientações e valores envolvidos na adesão a essa forma de socialização política; a segunda diz respeito a um conjunto de investigações que não incidem sobre as formas relacionadas ao movimento estudantil, mas buscam a discussão sobre a participação política no interior de outros agenciamentos sociais educativos.

No período em estudo, foram localizados 23 trabalhos (8 teses e 15 dissertações),<sup>1</sup> observando-se o aparecimento do tema somente a partir de meados dos anos 80, mantendo, a partir daí, certa estabilidade quanto ao conjunto da produção (Tabela 1).

**Tabela 1 – Distribuição do tema Jovens e Participação Política em relação à produção total em Juventude, de acordo com o subperíodo**

SUBPERÍODOS	JUVENTUDE	JOVENS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	
		Nº	%
1980-1984	56	0	0,00
1985-1989	73	5	6,84
1990-1994	76	4	5,26
1995-1998	182	14	7,06
TOTAL	387	23	5,94

Na esteira das características mais amplas da produção sobre Juventude, observa-se também intensa dispersão, tanto institucional como em relação aos orientadores, pois apenas três professores orientaram mais de um trabalho na área.<sup>2</sup>

\* Professor adjunto da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF).

<sup>1</sup> Do total de 23 trabalhos analisados, quatro foram acessados somente através dos resumos.

<sup>2</sup> Os professores Evaldo Amaro Vieira, José Wellington Germano e Letícia Bicalho Canedo orientaram dois trabalhos cada, sobre a temática. Do conjunto da produção nesse tema, a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) concentrou o maior número, com seis trabalhos, seguida pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com quatro.

O tema *Jovens e Participação Política* é o sexto mais numeroso no conjunto dos trabalhos analisados sobre Juventude (5,94% da produção total).<sup>3</sup> Não há ocorrência de trabalhos neste tema no período compreendido entre 1980 e 1984, o que evidencia o silêncio sobre a questão da participação política nos primeiros anos da redemocratização da vida nacional após duas décadas de sufocante presença da ditadura militar sobre a sociedade brasileira. A partir de 1985 começam a ser defendidos trabalhos de natureza histórica que buscam recuperar as mobilizações estudantis durante a ditadura militar; outro tipo de produção surge, ao tratar das novas formas de manifestação da organização política estudantil, evidenciando, então, outras dimensões da participação de jovens e alunos exercitadas no novo contexto político de afirmação da cidadania, principalmente referidas aos anos 90.

Para efeitos de análise, as teses e dissertações foram agrupadas em dois subtemas: Participação Política do Jovem Estudante e Socialização Política e Cidadania. Observa-se que o primeiro, relacionado ao movimento estudantil e aos estudos sobre as formas de ação coletiva dos anos 60 e 70, continua a ocupar o interesse, mesmo nas pesquisas mais recentes. Embora algumas delas tragam abordagens inovadoras, o mérito da maioria reside na reconstrução histórica de período importante nas lutas sociais no Brasil; ainda neste eixo encontram-se pesquisas que buscaram examinar a participação estudantil e suas vicissitudes nas escolas públicas. O segundo subtema – Socialização Política e Cidadania – recobre as formas menos institucionalizadas da participação e aparece, sobretudo, no último subperíodo, configurando produção ainda bastante incipiente.

**Tabela 2 – Distribuição do tema Jovens e Participação Política, por subtema e subperíodo**

SUBTEMAS	SUBPERÍODOS				TOTAL
	1980-1984	1985-1989	1990-1994	1995-1998	
Participação Política do Jovem Estudante	-	4	4	9	17
Socialização Política e Cidadania	-	1	-	5	6
TOTAL	-	5	4	14	23

## ANÁLISE DOS SUBTEMAS

### Participação Política do Jovem Estudante

O conjunto de dissertações e teses deste subtema abrange dois tipos de interesse, definidos aqui, para efeitos de análise, como problemáticas. A primeira se define pela predominância de estudos de natureza histórica, resgatando, sobretudo, as décadas de 60 e 70; a segunda examina o tema da participação estudantil tanto na escola como na universidade, a partir das práticas cotidianas dos estudantes.

#### PROBLEMÁTICA 1 – MEMÓRIA DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA ESTUDANTIL

Há diferenciações nos tipos de abordagem sobre aquilo que estamos chamando de “recuperação da memória estudantil”: um conjunto de trabalhos compõe um eixo que trata das lutas políticas das vanguardas estudantis, representadas principalmente pela ação da União Nacional dos Estudantes (UNE), de enfrentamento à ditadura militar; outro conjunto, embora também busque recuperar a história

<sup>3</sup> Vide o texto introdutório deste trabalho “Considerações em torno do conhecimento sobre juventude na área da educação”.

da participação estudantil, não se detém na análise das ações das entidades, ainda que a perspectiva predominante seja a da investigação das práticas daqueles que se encontravam na vanguarda da mobilização dos estudantes.

Os trabalhos agrupados no primeiro eixo desta problemática investigam questões de programa e orientação política do Movimento Estudantil em suas lutas com os governos militares durante o período da ditadura. A partir dos objetivos expressos pelos autores, podem ser identificados dois grandes blocos de investigação. O primeiro bloco, constituído pelas dissertações de Hayashi (1986), Andrade (1994), Cavalari (1987) e Justina Silva (1987) relaciona-se com a discussão sobre as propostas das entidades e as tendências presentes no Movimento Estudantil (ME), suas lutas específicas em torno da questão universitária e seus vínculos mais gerais em torno das postulações programáticas dos partidos políticos de esquerda. O segundo bloco, representado pelos trabalhos de Sanfelice (1985) e Valle (1997), possui a sua especificidade no estudo dos antagonismos existentes entre as propostas consideradas revolucionárias da vanguarda estudantil (representada pela UNE) e a ditadura militar.

Naquilo que se refere à periodização desses estudos históricos, três trabalhos circunscreveram a investigação à década de 60: Sanfelice (1985) investigou o ME ao longo de toda a década; Justina Silva (1987) recuperou a história do ME universitário no Rio Grande do Norte entre 1961 e 1969; e Valle (1997) concentrou sua investigação no explosivo ano de 1968. As décadas de 60 e 70 foram objeto de investigação de Hayashi (1986), no período entre 1964 e 1979, e Cavalari (1987), durante os dois decênios. Somente Andrade (1994) dedicou-se à trajetória do movimento estudantil entre as décadas de 70 e 80; seu estudo procurou compreender as movimentações entre 1974 e 1984, período considerado como de reconstrução da atuação política dos estudantes norte-rio-grandenses após a dispersão provocada pelos governos da ditadura militar pós-64.

A dissertação de Hayashi (1986) teve como objetivo refletir sobre as propostas das tendências e entidades presentes no Movimento Estudantil no período de 1964 a 1979. Merece destaque a documentação utilizada para a análise, pois a autora trabalha com parte do acervo do Movimento Estudantil existente no Arquivo de História Contemporânea da Universidade Federal de São Carlos (AHC/UFSCar), composto de cartas-programa, jornais, boletins e outros documentos do período em questão. Foram elaborados quadros analíticos dos programas das organizações estudantis e partidos políticos, evidenciando o seu conteúdo, as táticas e as estratégias anunciadas, as principais palavras de ordem, a análise da conjuntura, entre outros elementos significativos do caráter da atuação das organizações. A pesquisa preocupou-se especialmente em correlacionar as propostas dos estudantes com as dos partidos e organizações de esquerda, naquilo que se refere à transformação da realidade brasileira. Para a autora, o golpe militar de 64 condiciona a atuação política do Movimento Estudantil, tornando-o opositor ao regime e ao Estado opressor. O ME passa a polarizar, então, as tensões que se desencadeiam na sociedade, assumindo seu papel de vanguarda revolucionária, ao não se limitar à busca da democratização da Universidade. A intensificação da repressão no período de 1969 a 1973 fez com que a maioria dos quadros estudantis fosse convocada pelos partidos políticos de esquerda para a luta armada; esse processo é apontado como uma possível causa do refluxo do Movimento Estudantil.

Como em outros trabalhos, as análises de Marialice Foracchi (1977) são recuperadas, para mostrar como a origem de classe média dos estudantes universitários teria sido um dos limites da perspectiva revolucionária do movimento, pois, mesmo com todo o seu comprometimento, os estudantes não teriam conseguido ultrapassar sua dimensão de classe. Hayashi (1986) radicaliza a análise, afirmando que, mesmo sem ter uma clara intencionalidade, a opção do ME em travar as lutas específicas pela universidade redundou na defesa de um projeto liberal de instituição.

A dissertação de Carlos Alberto Andrade (1994) analisa a participação política dos estudantes universitários norte-rio-grandenses. O período entre 1974 e 1984 foi considerado pelo autor como o da reconstrução do ME, após o esfacelamento das organizações estudantis promovido pela repressão ao movimento e da promulgação das leis ditatoriais que cercearam a participação estudantil. A pesquisa baseou-se principalmente em fontes primárias: literatura sobre a conjuntura política nacional e local e documentos referentes ao Movimento Estudantil no período estudado; matérias sobre o ME

publicadas em revistas e jornais de época, plataformas e palavras de ordem elaboradas a partir de cartas-programa, resoluções e informes de agremiações partidárias. O trabalho contou, ainda, com entrevistas de militantes estudantis que atuaram na época escolhida para a pesquisa. Entretanto, os depoimentos foram tratados como complementos às fontes documentais, privilegiadas pela percepção de que essas teriam a capacidade de preservar a autenticidade daquilo que foi produzido no período histórico analisado. O autor justifica que deu um caráter secundário às opiniões dos sujeitos por considerar que essas tendem a mudar com o tempo. O estudo enfocou as propostas e tendências para o ME universitário da cidade de Natal (RN), evidenciando que os pressupostos políticos que nortearam as ações das tendências estudantis estavam relacionados com os programas e as análises de conjuntura dos partidos políticos a elas vinculados. O ME de Natal teria se polarizado entre duas posições políticas divergentes: a primeira formada pelo “bloco operário e popular” e a segunda, pelo “bloco nacional-democrático”. O trabalho enfoca os principais eventos estudantis do período, destacando dois eixos fundamentais: as eleições para o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e as principais lutas de caráter reivindicativo e de protesto.

É importante ressaltar um contraponto nos trabalhos de Hayashi (1986) e Carlos Alberto Andrade (1994): enquanto a primeira considera o estreitamento das relações do ME com as organizações partidárias de esquerda como um refluxo do reformismo e um avanço da discussão sobre a transformação do Estado, o segundo critica o mesmo fenômeno, considerando-o uma subordinação do ME às tendências partidárias.

A dissertação de Cavalari (1987) analisa a esquerda do Movimento Estudantil universitário nas décadas de 60 e 70. A autora utilizou declarações de época constantes de jornais, revistas e documentos estudantis. Para a reconstrução da trajetória do movimento estudantil, recorreu a fontes secundárias. O trabalho procura apontar os limites de classe dos estudantes universitários em relação a uma possível transformação social. Cavalari refuta os estudos de Bresser Pereira e de Martins Filho, apontando problemas no entendimento sobre o verdadeiro caráter de classe do Movimento Estudantil.<sup>4</sup> A orientação de Foracchi (1977)<sup>5</sup> teria se mostrado mais adequada por investigar a práxis estudantil reconhecendo-a como um movimento dos setores médios em ascensão social. Durante o período investigado, os estudantes teriam assumido posições que, além de refletirem a ambigüidade e indefinição características de sua situação de classe, evidenciavam a limitação de seu radicalismo. Tanto a luta pela reforma universitária, na década de 60, quanto a defesa do ensino público e gratuito colocaram-se como necessidades das camadas médias em ampliar suas oportunidades educacionais com vista à ascensão social. Nem em seus momentos de maior expressão o Movimento Estudantil teria ameaçado a ordem estabelecida. Assim, o traço principal desse movimento teria sido uma aspiração da pequena burguesia, interessada em ampliar seus interesses de classe.

Justina Silva (1987) investiga, em sua dissertação, a história do ME universitário no Rio Grande do Norte, no período compreendido entre 1961 e 1969. A análise se dedica à compreensão do significado das lutas específicas do Movimento Estudantil, seus vínculos com as políticas mais gerais presentes na sociedade brasileira, seus limites e possibilidades. O estudo reporta-se inicialmente ao

<sup>4</sup> Para Cavalari, Bresser Pereira (1979) e Martins Filho (1987) não dariam conta dos reais significados das movimentações estudantis da década de 60. O equívoco de Bresser Pereira ocorreria por este não ter visto os estudantes em suas limitações de classe, considerando-os como um grupo revolucionário, os “revolucionários de hoje”; a análise de Martins Filho também não seria satisfatória, pelo seu relativismo, que busca “examinar concretamente a atuação estudantil em cada período da história”. Cavalari considera que esses estudos demonstraram limitações na compreensão do verdadeiro caráter de classe do Movimento Estudantil, uma vez que teriam desprezado as “leis gerais da sociedade” em suas análises de conjuntura.

<sup>5</sup> Os trabalhos de Foracchi (1972 e 1977) aparecem como referências de crítica ao papel do jovem estudante na transformação da sociedade. Foracchi, analisando as condições da juventude em face da realidade nacional, enxergou os jovens vivendo na polaridade entre o engajamento político revolucionário ou a passiva omissão que confirmava o caráter burguês da sociedade capitalista. Aos estudantes era atribuída maior responsabilidade social com a rebelião contra a ideologia pequeno-burguesa, uma vez que esses eram vistos como constituindo a “parcela mais esclarecida da população”. A “apatia social da juventude” foi entendida como um projeto intencional das gerações adultas interessadas na manutenção do sistema social. Neste sentido, a alternativa à passividade não poderia ser a “rebelião sem causa” do *playboy* ou do *jovem transviado*. Esse tipo de ação social da juventude estaria representando uma *rebelião abstrata*, uma vez que não caminharia para uma direção transformadora das estruturas globais da sociedade. *O jovem esperança* – colocado no centro das atenções do mito da educação pelos adultos – e *o jovem rebelde* seriam *ficções criadas pelo sistema e sancionadas pela ciência*. O jovem real dos movimentos revolucionários da juventude se denunciaria dessas ilusões de conformação da sociedade burguesa. A rebelião da juventude que não se projetou de forma revolucionária foi vista por setores da esquerda revolucionária como *uma válvula de escape que mistificaria as tensões do sistema, marginalizando-as*.

processo de formação do movimento secundarista norte-rio-grandense, no qual se formaram muitas das lideranças universitárias que assumiram a direção política do Movimento Estudantil até março de 1964. Existe uma forte preocupação em apresentar os antecedentes sociais e políticos ao golpe militar, através da discussão da significativa participação dos estudantes nas campanhas de educação popular que caracterizaram o período das denominadas reformas de base. São apresentados registros sobre o envolvimento dos estudantes no Movimento de Educação de Base (MEB), a campanha de “De pé no chão também se aprende a ler”, coordenada pelo então Secretário de Educação de Natal, professor Moacyr de Góes, a experiência alfabetizadora do professor Paulo Freire, em Angicos, e o Centro Popular de Cultura da UNE. A autora aborda as formas de repressão utilizadas por vários atores institucionais do Estado, antes e depois de 1964, que inibiram a participação política dos estudantes norte-rio-grandenses. Por fim, avalia os caminhos seguidos por expressivas lideranças estudantis após a decretação do AI-5, em dezembro de 1968, discutindo, também, as idéias que estimularam a opção pela luta armada e suas conseqüências para sociedade brasileira.

Justina Silva realizou a investigação em fontes primárias, recuperando atas de reuniões, jornais, ofícios dos órgãos da repressão, entre outros documentos que conseguiram ser salvos tanto da estratégia de apagar pistas empreendida pela repressão como, também, pela necessária e cautelosa prática de destruição voluntária de provas que tiveram os estudantes, seus amigos e familiares. Foram entrevistados 16 importantes militantes estudantis da época selecionada para a investigação. Destacase no trabalho a detalhada apresentação dos dados contidos nos documentos pesquisados, assim como o cuidadoso tratamento dado ao conteúdo das entrevistas. O estudo conclui reconhecendo que o ME assumiu, no período de 1960 a 1964, um importante papel nas lutas sociais, tanto nas atividades políticas quanto culturais. No campo político, destacaram-se os comitês de denúncia contra o imperialismo norte-americano e a burguesia nacional; no campo cultural, as campanhas de educação popular e a fundação dos centros populares de cultura, onde se apresentavam trabalhos de grupos organizados, como sindicatos e associações. Apesar da efervescência política e cultural do período, os estudantes não teriam conseguido avançar suficientemente em suas discussões teóricas e políticas, fazendo com que os discursos continuassem marcados pelo reformismo social. O golpe militar de 1964 colocou o DCE e a União Estadual dos Estudantes (UEE) nas mãos de interventores e lideranças conservadoras ou liberais durante dois anos. Somente com a reorganização da esquerda no interior do ME é que as entidades voltaram a defender os interesses estudantis. Na dissertação, é possível perceber os papéis desempenhados pelos diferentes grupos estudantis e tendências partidárias na disputa pela hegemonia da direção política entre as entidades.

Um eixo importante nas investigações sobre a UNE diz respeito ao questionamento sobre o possível caráter revolucionário da luta estudantil no período da ditadura militar. Sanfelice (1985) entra diretamente nesse debate afirmando não considerar os estudantes como uma classe social específica; neste sentido, descarta a possibilidade de que esses tenham a primazia no contexto do que considera a “verdadeira” luta de classes entre o proletariado e aqueles que possuem a propriedade e o controle dos meios de produção. Entretanto, o ME não teria sido irrelevante no contexto da luta de classes, uma vez que ele também se expressaria em função do antagonismo principal referido. O autor reconhece o esforço da UNE em ampliar a sua agenda de lutas para além dos objetivos mais imediatos da questão educacional e universitária, entretanto, constata as dificuldades geradas tanto pelo endurecimento da repressão quanto pelas divergências políticas no interior do próprio ME.

A tese de Sanfelice investigou o ME na década de 60 examinando a produção teórica da UNE, que orientou suas posições políticas e expressou, também, a visão da entidade sobre a sociedade brasileira. A referência fundamental diz respeito ao papel que a UNE exerceu nos embates com os governos da ditadura militar. O autor recorreu a fontes primárias – documentos de época e entrevistas com ex-militantes – e, também, a fontes secundárias apropriadas – artigos e livros sobre o tema. A perspectiva central do estudo foi a da elaboração de dados sistematizados e análises sobre as ações do ME naquele importante momento histórico da sociedade brasileira. O estudo conclui que a UNE constituiu a sua identidade ao apresentar teses contra o governo militar e o imperialismo norte-americano.

Esse discurso teve um papel político e intelectual importante, buscando desfazer a imagem propagada pelo governo militar de uma unanimidade de interesses políticos, econômicos e sociais da população que ele julgava representar. As análises políticas da UNE teriam representado um avanço teórico, uma vez que estabeleciam relações entre as questões educacionais e aspectos mais gerais do processo econômico e político brasileiro. Porém, esse avanço não produziu desdobramentos práticos. A quebra da unidade interna da UNE teria sido a principal causa da desestruturação da entidade, inviabilizando medidas práticas de transformação mais eficazes. O trabalho de Sanfelice, pelo pioneirismo e pelos aportes que proporcionou ao tema, constituiu-se referência obrigatória para os estudos subsequentes.

A dissertação de Valle (1997) teve como objetivo acompanhar a relação entre o movimento estudantil e a ditadura militar no Brasil, no ano de 1968. A autora procurou perceber como se deu a divulgação, na grande imprensa, dos acontecimentos relacionados com a denominada explosão da revolta estudantil em fins da década de 60. O estudo discute a questão da dinâmica da violência presente nos embates entre a ditadura militar e as propostas revolucionárias da esquerda, levadas para as manifestações de rua. O Ato Institucional nº 5 (AI-5) é considerado o instrumento que destrói “definitivamente” o sonho revolucionário do Movimento Estudantil.

Existe uma tensão latente entre os trabalhos antes referidos no que diz respeito à polaridade entre o envolvimento dos estudantes com lutas específicas relacionadas à universidade e outras mais amplas, dirigidas à transformação revolucionária da sociedade – as dissertações de Sanfelice (1985) e Hayashi (1986) expressam significativamente esse debate. Enquanto Sanfelice reconhece que a UNE ampliou o caráter da luta estudantil para o contexto social mais amplo, mesmo que não tenha conseguido conquistas sociais significativas, Hayashi denuncia que, ao travar lutas específicas, o ME não teria se dado conta de que lutava por um projeto liberal de universidade que não provocaria mudanças estruturais na instituição nem, tampouco, na sociedade. Esta última análise indica que o Estado capitalista teria criado a oposição estudantil que lhe interessou e as políticas educacional e universitária que lhe foram convenientes.

Há um outro grupo de trabalhos que se encontra relacionado ao eixo dos estudos históricos sobre a participação estudantil; entretanto, como já foi dito, as análises não estão diretamente referidas aos embates com a ditadura militar e às formulações programáticas das entidades estudantis e partidos políticos de esquerda nos anos da repressão. Os problemas de pesquisa relacionam-se com a atuação do movimento secundarista no Rio de Janeiro entre 1976 e 1990 (Pereira, 1991), com a memória da atuação de um centro acadêmico e a construção de fontes de pesquisa em Educação (Hayashi, 1995), com a participação de jovens universitárias na década de 60 (Faria, 1996), com a representação e a participação estudantil na Faculdade Nacional de Filosofia – FNF (Fernandes, 1996) e com a influência da participação em movimentos políticos, religiosos e estéticos na década de 60 para o desenvolvimento pessoal na adolescência, segundo depoimento biográfico de pessoas adultas (Silva, 1998). Merece destaque o trabalho de Faria (1996), por sua forma de tratar o tema da participação estudantil ao tentar investigar e captar a ótica particular das mulheres durante as mobilizações estudantis da década de 60.

Pereira (1991) investiga, em sua dissertação, o movimento estudantil secundarista no Rio de Janeiro no período entre 1976 e 1990. Dois eixos articularam o trabalho: o resgate histórico do movimento secundarista e as suas demandas orientadas para questão educacional. A pesquisa empírica foi realizada mediante a análise de fontes diversas: jornais, panfletos de entidades estudantis e outros impressos, além de depoimentos orais e escritos de 21 militantes estudantis da época estudada. Existem dois eixos que articulam o trabalho: a influência de organizações e partidos políticos no movimento secundarista e as demandas estudantis em relação à escola e à educação. Conclui que o ME foi crítico em relação aos rituais escolares instituídos, vistos como “normais” ou “naturais”, demonstrando outros desejos e projetos educacionais e sociais para além daqueles expressos pela instituição. Suas análises reiteram outros estudos, ao afirmar que, em muitos momentos, o ME expressa-se como um eco das posições de partidos e organizações políticas não-estudantis.

Hayashi (1995) retoma em sua tese de doutorado o tema do ME, tendo como objeto de investigação a construção de fontes de pesquisa em Educação, mediante a reconstituição da memória

do Centro Acadêmico Armando Salles de Oliveira (Caaso), da Universidade de São Carlos, no período compreendido entre 1953 e 1990. Em sua revisão bibliográfica sobre o ME, retoma os principais autores que trataram do papel histórico dos estudantes nas lutas políticas ocorridas a partir de 1960, destacando a sua relação com a questão das classes sociais. Hayashi, como outros o fizeram, analisa a condição de pertencimento de classe dos estudantes universitários.<sup>6</sup> Ao inventariar os arquivos do Caaso, discute os princípios científicos estabelecidos pela arquivística, orientando-se para a construção de fontes de pesquisa em Educação. A recuperação da memória do movimento estudantil foi assumida como uma recuperação de práticas sociais de grupos e coletividades pouco valorizados na história. Segundo a autora, a construção dessa fonte documental de uma parte da história da educação brasileira permitiu também a investigação de realidades pouco exploradas; sujeitos ignorados ou ocultados também emergiram nesse trabalho de documentação, deixando suas marcas de identidade na cena histórica. A documentação da experiência histórica do ME não foi apresentada apenas como a constituição de um acervo, mas como uma estratégia de ampliação do conceito de informação e, até mesmo, de criação de novas formas de comunicação com o movimento estudantil.<sup>7</sup>

A tese de doutorado de Faria (1996) investiga o olhar feminino universitário no Grande Rio de Janeiro na década de 60, apontando o que chamou de os sentidos de “ser mulher” e “ser educadora”. O material empírico foi constituído de jornais, músicas e revistas de época e por entrevistas com universitárias, que sinalizam a emergência de um discurso fundador apontando para uma “nova mulher” e uma “nova escola”, o que justificaria o recorte-abordagem que privilegiou as categorias de gênero e cotidiano. Foram entrevistadas 10 mulheres socialmente representativas de valores/indicadores sociopolíticos daquela geração. Utilizou-se das idéias de Orlandi (1987) sobre a existência de um “discurso fundador” de nossa brasilidade, para buscar pistas do imaginário social feminino. O estudo parte da constatação de que o protagonismo juvenil da década de 60, vivido também pela pesquisadora, contou com uma destacada participação feminina. O imaginário feminino na década de 60 foi marcado pela efervescência política da época, apontando para mudanças sociais, econômicas e culturais; foi marcado, também, pelo fato de que as mulheres da classe dominante, na sua maioria brancas, foram as que mais rapidamente se apropriaram da informação, exatamente por terem ascendido à universidade. Faria sugere que a invasão dos *mass media* a partir da década de 60 teria prejudicado a tomada de consciência política por parte das mulheres universitárias. Ao pesquisar o “imaginário” feminino, considerou dois pressupostos que teriam se confirmado com a pesquisa: os anos 60 como época de mudanças sociais, econômicas e culturais e o acesso das mulheres brancas da classe dominante ao nível superior de escolaridade. Os espaços da participação política na década de 60 permitiram que um novo tipo de mulher pudesse emergir. O perfil da nova mulher que a autora assinala é o daquela que é sujeito de sua própria história – profissional competente e, também, militante política.

A dissertação de Fernandes (1996) realiza um estudo histórico sobre a representação e a participação estudantil na FNFi – 1939-1968 – da antiga Universidade do Brasil, sediada na cidade do Rio de Janeiro. A atuação política dos estudantes do Diretório Acadêmico (DA) foi considerada como um traço fundamental para caracterizar o perfil da instituição nos anos 60. Os estudantes da FNFi tiveram uma atuação constante e sistemática durante o final dos anos 50 e início dos anos 60, desempenhando um papel decisivo na trajetória da instituição. A autora contou com uma base de dados de quatro mil documentos do Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (Proedes) da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro; foram realizadas, também, entrevistas com ex-alunos e participantes de gestões do DA. Três questões nortearam o estudo, que teve como delimitação a investigação de ações do DA: a) como era estabelecida a representação; b) de que maneira ela era exercida nos diversos níveis da organização estrutural da Faculdade; e c) como se efetivava a participação dos estudantes nos eventos e movimentos culturais e políticos no interior da instituição.

<sup>6</sup> O fato de esses estudantes pertencerem às classes médias teria se constituído fator decisivo para os limites revolucionários da ação estudantil. Nesse sentido, essa formação de presença política não teria a primazia no confronto da luta de classes; o principal antagonismo social ocorreria entre as duas classes historicamente situadas na divisão do trabalho: a burguesia e o proletariado.

<sup>7</sup> A tese é composta também de um extenso anexo (285 páginas), com a listagem e a localização de documentos referentes ao Caaso.

A tese de Silva (1998) investiga o desenvolvimento pessoal na adolescência de indivíduos que receberam as influências de movimentos políticos, religiosos ou estético-culturais de grupos organizados de contestação social, principalmente a partir da década de 60. Segundo o autor, a elaboração dessas lembranças desenvolvida pelo ego acaba sendo norteadora para a busca da sua autonomia e do desenvolvimento da sua maturidade. O método de investigação utilizado foi o psicobiográfico de base fenomenológica, que teria permitido o resgate de tais vivências a partir do olhar do adulto retrospectivo. A ênfase no aspecto longitudinal do estudo foi justificada pela preocupação em apreender a trajetória individual como processo, focalizando a importância da participação social na fase da adolescência para o desenvolvimento da autonomia e da maturidade dos sujeitos adultos. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com cinco homens e três mulheres, todos professores com formação superior. As análises basearam-se, principalmente, nos estudos da Psicologia Social desenvolvidos por Lane e Codo (1984) e Lane (1995). A identidade adolescente e suas relações com a instituição escolar e familiar são abordadas do ponto de vista psicossocial. Na síntese conclusiva do trabalho, observa-se que os adultos investigados construíram uma parte importante de sua autonomia através da participação social na adolescência. O desenvolvimento da maturidade na adolescência teria sido buscado a partir do rompimento crítico com alguns aspectos da realidade, momento em que o ego teria efetuado um salto qualitativo rumo à conquista da autonomia.

## PROBLEMÁTICA 2 – A PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NA ESCOLA E NA UNIVERSIDADE

Os trabalhos a seguir (Guilherme Pereira, 1986; Pescuma, 1990; Leite, 1990; Sampaio, 1995; Anjos, 1996; Pachane, 1998; Ramirez, 1998) preocuparam-se em investigar a participação estudantil a partir das práticas cotidianas de escolas e universidades; nesses estudos, as instituições foram consideradas como locais privilegiados para a socialização política e a formação da cidadania ativa. As dissertações de Pescuma (1990), sobre a organização dos grêmios estudantis em escolas públicas, e Anjos (1996), que trata de uma passeata de estudantes em defesa de uma escola pública, podem ser consideradas como um emergente esforço da investigação educacional, buscando perceber novas formas de mobilização estudantil.

A dissertação de Guilherme Pereira (1986) realiza pesquisa de campo com uma amostra estratificada de 197 jovens estudantes de escolas públicas e particulares da cidade de Maceió (AL). O autor estuda o processo de socialização política considerando a escola, a família e as atividades grupais como elementos centrais de análise. A investigação foi feita através de um levantamento descritivo – *survey* – que buscou informações sobre os seguintes aspectos: a) as opiniões sobre a realidade brasileira; b) as concepções e representações sobre o papel dos partidos políticos; c) opiniões, motivações e expectativas quanto à eleição e sua importância, a situação atual e a participação do jovem como futuro eleitor. A hipótese central da dissertação é a de que interessa àqueles que estão dominando o sistema que a aprendizagem sobre a política não ameace a ordem vigente e que a sua ideologia permaneça dominante. É por esse motivo que as classes dominantes tentariam influenciar a socialização política através das agências formais de educação, tais como a família e a escola. O estudo conclui que os jovens evidenciam uma razoável percepção crítica não favorável à ordem vigente. Entretanto, quando se trata de eleições, foi observada uma forte tendência ao consenso e uma certa preferência dos estudantes aos candidatos ligados ao sistema. O tipo de escola influenciaria o comportamento político, uma vez que os estudantes das escolas públicas apresentaram-se mais favoráveis aos partidos de oposição do que aqueles das escolas particulares. A diferenciação socioeconômica dos grupos não influenciou significativamente a percepção sobre a realidade brasileira. A participação em atividades grupais também foi apontada como fator determinante nas representações políticas dos jovens estudantes. A pesquisa revelou, ainda, que existe um desejo de mudança política por parte dos jovens. O autor ratifica as pesquisas que têm afirmado que a família e a escola são as instituições que exercem a maior carga de influência sobre a socialização dos jovens.

Ainda no âmbito das pesquisas sobre os estudantes do ensino fundamental e médio, a dissertação de Ramirez (1998) discute a democratização da gestão da escola pública. Seu foco é a

participação de alunos no Conselho de Escola da rede pública de 1º grau do município de São Paulo. O objetivo principal do trabalho foi demonstrar a possibilidade do caráter pedagógico da participação do aluno no Conselho de Escola como forma de exercício prático da cidadania.

No interior dessa problemática, a produção a seguir descrita privilegiou o ensino superior. Pachane (1998) investigou em sua dissertação aquilo que denominou a “universidade vivida”, considerando a contribuição da experiência universitária para o desenvolvimento pessoal. O estudo foi caracterizado como descritivo-exploratório e analisou as continuidades e rupturas experimentadas pelos estudantes universitários durante a realização do curso. Os resultados apontam para a importância dos relacionamentos pessoais (aluno-aluno e professor-aluno), das atividades de pesquisa e da participação ativa do aluno no contexto universitário.

A dissertação de Sampaio (1995) buscou compreender o processo de participação estudantil na vida acadêmica e os seus laços com a futura vida profissional do enfermeiro. Foram entrevistados 128 estudantes do Curso de Enfermagem da Pontifícia Universidade Católica de Campinas; todos responderam a um questionário fechado, exceto um representante estudantil, que participou de uma entrevista. A autora analisou também documentos da secretaria da universidade e do Diretório Acadêmico. O estudo é apontado como de natureza qualitativa, entretanto, a principal fonte de material empírico foi coletada através de um questionário estruturado que gerou frequências estatísticas. A participação na vida acadêmica da universidade é apontada como uma chave para a inserção consciente do futuro enfermeiro na vida profissional. Aponta-se como resultado da pesquisa a constatação de que a participação está permeada de valores ideológicos, que ora remetem à viabilidade de transformações e ora inibem os processos de mudança. A dissertação também apresenta sugestões para melhorar a participação dos estudantes na vida universitária.

A tese de Leite (1990) investiga as relações entre aprendizagem e consciência social na universidade. O estudo visa compreender os significados individuais e sociais das aprendizagens (*planos da metacognição e da consciência intencionada*) dos estudantes na universidade, as dimensões de sua politização observadas no processo e os mecanismos de produção e/ou reprodução de sua consciência política e social, mediante a utilização de instrumental de investigação padrão adaptado.<sup>8</sup> No *plano da metacognição* pode-se perceber como os estudantes abordam as situações de aprendizagem propostas pelos currículos formais do ensino superior. No *plano da consciência intencionada* ocorreria a definição da identidade pessoal e social dos estudantes, como se reconhecem e se apropriam do conhecimento. No *plano da politização e da produção da consciência política e social*, buscou-se compreender essas dimensões no entrelaçamento da vida material do estudante com os demais planos, com seus limites de consciência produzidos e superados por sua classe social e com sua inserção nos movimentos de transformação da sociedade. A autora realiza uma ampla e criteriosa revisão bibliográfica sobre os estudantes e a vida universitária, contemplando o ingresso desses na universidade, a reforma universitária, as opiniões e dificuldades dos estudantes no ensino superior, sua caracterização socioeconômica e os estudos críticos, com fundamento sociopolítico e histórico. As conclusões indicam que a vinculação/desvinculação de classe social e as aprendizagens significativas, que desmascaram as representações ideologizadas e reabastecem a cadeia de construção de conhecimento via assunção de uma ação política com a realidade, parecem ser os fatores que melhor explicam a produção da consciência política e social do estudante.

As novas formas da mobilização estudantil foram examinadas em uma tese (Anjos, 1996) e uma dissertação (Pescuma, 1990). O objeto central da investigação de Anjos (1996) foi a passeata em defesa da preservação da Escola Municipal Júlia Kubitschek, no Rio de Janeiro, realizada, em 1993, por alunos, responsáveis e professores; a autora buscou perceber aquilo que denominou “comunicação ritual nas ruas da cidade”. O trabalho de investigação consistiu na análise do material produzido para a participação na passeata (desenhos e cartazes), além da observação das ações dos sujeitos envolvidos. O quadro teórico é baseado, segundo a autora, em contribuições teóricas socioantropológicas.

<sup>8</sup> Inventário de Abordagem de Estudos de Enstwistle.

Anjos buscou analisar, no material empírico gerado pela passeata, o que denominou “formas simbólicas expressas em representações espaciais e iconográficas”. O estudo é assumido, então, como etnográfico e preocupado com o entendimento sobre a comunicação ritual (Leach, 1978) e o seu simbolismo (Cassirer, 1972a e 1972b). Os ritos evidenciariam diferentes fases de interiorização da realidade (Berger e Luckmann, 1973) e possuiriam uma ordem extra-empírica, para além dos fatos visíveis (Cazeneuve, 1971), caracterizando-se também pela condensação de idéias, pela multiplicidade de sentidos e pela ambigüidade (Kertzer, 1988), além de produzir e promover a manutenção da solidariedade (Durkheim, 1974). Para Anjos, os rituais transcenderiam o mundo físico do aqui e agora para atingir o “mundo das crenças e valores”; neste sentido, os ritos espiritualizariam a prática questionando o “mistério da condição humana”. O texto é marcado por um forte traço espiritualista, que associa a materialidade dos rituais com a “transcendência do divino”. Torna-se evidente na leitura do trabalho o entusiasmo com as possibilidades educativas e as esperanças de transformação social que a presença dos estudantes nas ruas da cidade suscitou. Como a pesquisa foi efetuada no início dos anos 90, é de se supor que os efeitos da conjuntura de realização do Movimento pela Ética na Política e a presença dos caras-pintadas afetaram algumas das interpretações presentes no texto.

A dissertação de Pescuma (1990) investigou os grêmios estudantis em escolas públicas estaduais de 1º e 2º graus em São Paulo, procurando perceber seus significados educacionais. A pesquisa de campo foi realizada inicialmente através de um estudo abrangente de observações e entrevistas com alunos, pessoas envolvidas com o movimento estudantil e educadores. Num segundo momento, foi selecionado, numa das escolas investigadas, um grêmio estudantil considerado atuante, com vista à realização de um estudo de caso. No quadro teórico, buscou-se discutir as relações entre educação e participação. É possível notar que o aprofundamento teórico foi preterido em face da utilização da própria vivência da pesquisadora na escola pública como recurso de análise. A autora constatou a existência de poucos grêmios estudantis ativos, apesar do apoio legal; os raros existentes não contavam com a participação intensiva e significativa dos alunos. Os motivos apontados para o pouco envolvimento relacionam-se ao fato de uma grande parte desses alunos estudarem no período da noite e trabalharem durante o dia, o que diminui drasticamente as possibilidades de participação. A incipiente participação dos alunos seria resultante, ainda, da não-consolidação do processo de democratização da sociedade e da escola pública. Fatores extra-escolares e problemas estruturais relacionados com a organização das escolas são causas que se associam e geram as principais dificuldades para a organização dos grêmios estudantis; em verdade, o jovem não encontraria na escola o clima propício para uma verdadeira participação. O autoritarismo docente e administrativo nas relações com os alunos, os currículos muito fechados e a hierarquização das estruturas administrativas foram apontados como os fatores que fizeram malograr as iniciativas governamentais de normatização e incentivo da participação estudantil nas escolas da rede pública estadual de São Paulo durante o governo Franco Montoro, no início da década de 80.

### **Socialização Política e Cidadania**

A questão orientadora dos trabalhos deste subtema é a investigação dos vários momentos da socialização política e do desenvolvimento da cidadania, ou seja, do indivíduo participativo. Os motivos pelos quais os sujeitos participam ou deixam de se envolver em questões de organização social e política são indagações que marcam o conjunto da produção aqui agrupada.

Os trabalhos de Moraes (1995), Guimarães (1998) e Márcia Regina Andrade (1998) caracterizam-se pelo fato de não se referirem ao jovem apenas em sua condição de estudante; o destaque desse agrupamento é a busca de outros espaços de investigação que expliquem o processo de educação política da juventude. Em alguns poucos estudos, percebe-se o reconhecimento da importância de outros espaços e movimentos sociais que também contribuam significativamente para o processo de formação política – é esse o caso específico de trabalhos que tratam da questão do voto do jovem eleitor (Guimarães, 1998) e da participação política dos jovens integrantes do Movimento dos Trabalhadores

Rurais Sem-Terra – MST (Andrade, 1998). A mudança e a maior complexidade do quadro político contemporâneo forçaram a porta dos programas de pós-graduação, propondo aos pesquisadores novos olhares para o exame da participação e da socialização política.

Dois trabalhos, o de Guilherme Pereira (1986) e o de Takahashi (1995), preocupam-se em investigar a consciência política de estudantes de escolas públicas e particulares, suas opiniões, atitudes e processos de socialização.<sup>9</sup> A dissertação de Takahashi (1995) investigou as opiniões e as atitudes políticas de alunos do 3º ano do 2º grau de duas escolas públicas e duas particulares de Presidente Prudente, interior de São Paulo. A autora utiliza pistas deixadas pelos estudos de Brockmann Machado (1975 e 1980) que, em 1973, analisou as orientações políticas de estudantes em face do regime militar. Se a questão que inspirou Brockmann foi saber o que pensam os “filhos do autoritarismo”, o central para Takahashi foi saber se a geração que compunha o 2º grau à época da pesquisa expressava opiniões congruentes com o regime democrático em vigor. A investigação das atitudes políticas dos jovens é justificada pela sua importância para a compreensão da formação da consciência política dos adultos.<sup>10</sup> A pesquisa aponta que, em termos gerais, os alunos apresentaram muitas contradições em suas atitudes referentes à democracia como um valor. Foram observados resultados semelhantes nas quatro escolas estudadas, com uma proporção de diferenças que pode ser explicada a partir da correlação com a heterogeneidade de origens sociais dos alunos e, também, com a qualidade do ensino oferecido pelas escolas. A baixa frequência de participação política entre os sujeitos, a descrença, o desinteresse político e, mesmo, os traços de cinismo encontrados são assinalados como dados não-permanentes, uma vez que o grupo etário juvenil seria o mais ambíguo em relação aos seus sentimentos e atitudes. Tais comportamentos podem ser interpretados como uma identificação com as incertezas políticas e econômicas características da realidade brasileira.

A dissertação de Moraes (1995) analisa práticas e representações dos jovens estudantes que saíram às ruas em 1992 nas mobilizações pela ética na política, naquilo que ficou conhecido como o movimento dos “caras-pintadas”, que reivindicava o *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello. A investigação tentou apreender os mecanismos de diferenciação e afirmação do processo de formação/construção da cidadania dos estudantes. Inicialmente, foi feita uma pesquisa documental de matérias publicadas pelos veículos de comunicação sobre as manifestações *pró-impeachment*, no eixo Rio-São Paulo. A partir da leitura, elaborou-se uma lista com as escolas mais mencionadas pelos jornais e, com essa lista, foram selecionados, aleatoriamente, os estudantes que participariam de entrevistas semi-estruturadas. Os jovens que participaram do movimento ajudaram a desenhar o “campo social” onde os caras-pintadas se moviam e os atores e grupos se constituíam e se diferenciavam na disputa pela hegemonia do campo político. Foram formuladas as categorias analíticas “participantes” e “não participantes”, no sentido de identificar as práticas, as motivações e as condições de lutas internas daquele movimento estudantil. A comparação entre os caras-pintadas e as mobilizações estudantis da década de 60 não foi objetivo expresso da dissertação, entretanto Moraes preocupou-se em estabelecer paralelos que se mostraram bastante elucidativos sobre as novas dimensões dos conteúdos e dinâmicas das manifestações estudantis do início dos anos 90. No quadro teórico, são discutidas as relações entre educação e cidadania. São recuperados trabalhos de autores que se preocuparam em discutir os sentidos sociais e políticos dos movimentos sociais em geral (Ammann, 1991; Gohn, 1992) e do ME em particular, ao longo da história recente do País (Albuquerque, 1977; Sanfelice, 1985; Hollanda, Gonçalves, 1990; Lima, Abrantes, 1984). Uma pista para a diferenciação das manifestações estudantis na história estaria no fato de os estudantes terem sido movidos, em 1968, por ideologias e projetos coletivistas na luta pelas liberdades democráticas; nos anos 90, os caras-pintadas teriam se caracterizado por algo mais pontual – a defesa da ética na política. Os estudantes da década de 60 também se preocuparam com questões culturais e, para efetivarem suas idéias, planejavam e racionalizavam suas ações. Já nos anos 90, com ampla cobertura da mídia, os caras-pintadas fizeram suas passeatas de modo alegre e com uma linguagem criativa e espetacular;

<sup>9</sup> A dissertação de Barboza (1995) trata da participação de secundaristas em movimentos sociais, buscando os nexos entre a educação formal e a não-formal. O resumo ao qual tivemos acesso foi insuficiente para a realização da análise do trabalho.

<sup>10</sup> Foi aplicado um questionário contendo 88 questões fechadas, referentes à condição social dos sujeitos, em duas escalas: a de *atitudes democráticas e antidemocráticas*, de McClosky, e a do *índice de participação política*, de Woodward e Roper; a investigação alcançou um total de 168 sujeitos.

eles rebelaram-se, mas não se apresentaram como revolucionários. O estudo indica que a denominada onda jovem da cidadania agiu de forma diferenciada: enquanto o processo de construção da cidadania de alguns estudantes encontrava-se sedimentado, outros apenas vislumbravam um caminho a seguir. O texto é marcado pelo entusiasmo com a retomada das ruas pelos estudantes, depois das grandes manifestações estudantis de 1968. A descrição dos acontecimentos demonstra, entretanto, o caráter específico desse novo movimento de estudantes, não motivado por questões partidárias ou ideologias projetadas para um novo futuro de organização social. O alvo das reivindicações foi preciso – a derrubada do presidente da República corrupto –, e o motor principal dessa história não foi a revolução, mas a indignação com o maltrato presente da coisa pública. Os caras-pintadas, em sua maioria, rejeitaram a orientação das organizações políticas partidárias, por considerá-las marcadas com o peso da “política”, material desgastado pela história.

O objeto de estudo da tese de Guimarães (1998) é a participação eleitoral do jovem, que foi entendida não apenas em seu sentido político, mas também ritualístico e simbólico. Buscou-se apreender a especificidade da participação eleitoral juvenil, focalizando a relação entre o voto concreto, praticado nos dias da eleição, e o voto genérico, idealizado como símbolo da sociedade democrática. O universo investigado foi o de eleitores jovens, entre 16 e 22 anos, moradores da periferia da cidade de Uberlândia (MG). Foram entrevistados 86 eleitores durante os dois turnos das eleições gerais de 1994 e, num momento posterior, 99 eleitores contatados no período escolar, além de 36 alunos eleitores que foram abordados antes desse pleito. À pesquisa de campo é acrescentado registro fotográfico acerca de situações e objetos típicos da sociabilidade de uma seção eleitoral. A autora analisa o momento do voto como um objeto de significados distintos e ainda pouco explorados pela literatura brasileira. Se, por um lado, o jovem associa diretamente o ato material de votar como uma prática cidadã, por outro, o momento do voto é capaz de interromper a rotina, transformando o espaço tradicional da escola num espaço de festa e de expressão da opinião individual. Guimarães apóia-se nas aulas e escritos de Michel Offerlé (1985, 1993a, 1993b, 1993c, 1994 e 1995), especialista em questões eleitorais que preconiza um novo enfoque para o ato de votar. Essa perspectiva superaria os limites das análises estritamente políticas, fazendo avançar a compreensão do voto como uma expressão subjetiva. Conclui que a ansiedade observada nos jovens nos dias da eleição diz respeito à participação em uma comemoração desconhecida, capaz de materializar a esperança que depositam num mundo melhor. O momento do voto rompe com a rotina e faz com que espaços tradicionalmente conhecidos como a escola assumam configurações inteiramente novas. A prática do voto teria a capacidade de fazer com que o jovem fosse reconhecido como brasileiro, inscrevendo-se como sujeito na construção da cidadania e mobilizando a diversidade de emoções e sentidos que o exercício do voto anuncia.

A tese de Andrade (1998) trata da formação da consciência política entre jovens de um assentamento do MST, procurando mostrar a relação entre o processo de conscientização e a inserção dos jovens no contexto da modernização dos territórios rurais. Uma das questões centrais investigadas refere-se à presença nos espaços de participação política e a permanência dos jovens no campo. A pesquisa consistiu num estudo longitudinal de quatro anos com um grupo de jovens do assentamento rural Sumaré I, localizado no interior de São Paulo. Para o acompanhamento dos processos de formação da consciência dos jovens assentados, foram utilizadas duas fontes de dados empíricos: o material fotográfico produzido pelos jovens sobre suas representações da história da luta pela terra e os relatos orais, obtidos através de entrevistas ao longo da pesquisa no assentamento. Numa perspectiva dialógica, a pesquisadora convidou os jovens a se posicionarem sobre a própria produção fotográfica. De um grupo inicial de 20 participantes, somente sete produziram fotografias. Numa segunda fase da pesquisa, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com 11 daqueles que haviam desistido de participar dos registros fotográficos (quatro mulheres e sete homens entre 17 e 24 anos). O conteúdo dessas entrevistas foi analisado a partir dos “núcleos de sentido” propostos por Bardin.<sup>11</sup> Em suas conclusões,

<sup>11</sup> Sobre a questão da consciência política, Andrade busca apoio em autores que possam contribuir para a análise teórica dos sentidos da formação das identidades individual e coletiva, tais como Vygotsky (1979, 1993 e 1994); Leontiev (1978); Moscovici (1985); Moscovici, Doise (1991); Doise, Palmonari (1986); Berger, Luckmann (1973); Touraine (1996); Heller (1987 e 1992); Jodelet (1985 e 1991); Sandoval (1994, 1997a e 1997b); Ciampa; Lane (1996) e Sawaia (1987). Sposito (1992, 1993 e 1997) aparece como referência no relacionamento entre juventude e educação.

a autora observa que a consciência política entre os jovens é revestida de diferentes modalidades: a consciência fragmentada, típica de jovens provenientes de famílias não engajadas politicamente, mas orientadas pelos objetivos pessoais da posse da terra, e que se mobilizam pelas questões imediatas do cotidiano, sendo pouco sensíveis ao plano político-ideológico; e a consciência transformadora, localizada em jovens cujo processo de socialização se deu para além dos núcleos familiares, em atividades políticas externas, que percebem os conflitos de interesses com indignação e defendem mudanças na ordem social. Alguns jovens seriam caracterizados por uma presença mais tímida e ainda apresentariam possibilidades de desenvolver a consciência política transformadora. O estudo aponta para a necessidade de uma pedagogia específica – distinta daquela que é efetivada pelo MST – que seja capaz de mobilizar os jovens assentados. Para Andrade, esses jovens se encontram num processo de construção e reconstrução de um modo de vida e de uma identidade, diferentemente dos jovens sem-terra que ainda não estão assentados; nessa distinção estaria a importância de um tratamento específico para o primeiro grupo. A heterogeneidade do grupo de jovens investigado mostra que a condição de assentado e membro do MST não garante o desenvolvimento da consciência política, pois os processos de conscientização estão relacionados não só às condições objetivas, mas também às subjetivas. A originalidade do estudo de Andrade está em tratar a questão da juventude radicada na área rural. A presença do imaginário da cidade na consciência dos jovens assentados é um elemento que evidencia a complexidade da questão do ser jovem no contexto da luta pela reforma agrária e na modernização capitalista do campo.

## **OBSERVAÇÕES FINAIS**

Como é freqüente nos estudos em Educação, determinados autores oscilam entre a investigação e análise e a proposição política de superação de problemas em processos e sistemas educacionais. Em muitos casos, essa indefinição transforma o trabalho num produto que fica no meio do caminho entre a produção de conhecimento ou de documentos que expressam tão-somente declarações de princípios. No campo específico da participação política, o problema parece ser agravado pela tendência antecipadora das análises, que parece provocada pela ideologização da pesquisa científica. Não se trata, aqui, de defender o mito da neutralidade axiológica, mas apenas indicar a necessidade de se investigar a pluralidade do real, que, muitas vezes, parece esbarrar em filtros políticos de diferentes cores e matizes. Foi possível perceber, também, aquilo que poderíamos chamar de uma prepotência intelectualista do praticismo, que se expressa na abdicação do rigor em teorizar o próprio objeto de pesquisa e redundando em escassa articulação entre o quadro teórico e a investigação empírica.

No entanto, os trabalhos produziram um quadro bastante importante das formas de participação do jovem estudante, ao resgatar, sobretudo, as mobilizações observadas em décadas anteriores. No momento em que não há impedimentos formais para a organização estudantil – pelo contrário, existe legislação específica que garante esse direito –, vive-se um quadro de desmobilização e de desinteresse diante desse tipo de participação política. Esse é um problema que precisa ser aprofundado, pois existe uma crise real de representação das entidades estudantis, que cobra a dedicação de investigações do campo educacional. O tradicional modelo de organização estudantil, desde muito tempo, deu sinais de esgotamento, e as novas formas de mobilização estudantil ainda são esporádicas e pouco orgânicas, carecendo de estudos que desvendem suas principais orientações e práticas.

Alguns dos autores analisados vão buscar no caráter de classe média da maioria dos estudantes universitários os limites para a consciência revolucionária. As lideranças estudantis avançariam em direção a um projeto revolucionário, quanto mais se afastassem de seus interesses originais de classe. Uma nítida perspectiva ideológica orientou trabalhos que consideraram como insuficientes ou mesmo inúteis as mobilizações estudantis que não se aproximavam da utopia de transformação revolucionária da sociedade. Esse viés ideológico pode ser apontado como uma limitação da perspectiva analítica, uma vez que desqualificou ou deixou de considerar, por antecipação, processos sociais que

não se encaixavam com perfeição na intencionalidade política de alguns pesquisadores. É interessante notar que o inconformismo dos jovens estudantes não orientado para as transformações globais da sociedade foi considerado, via de regra, politicamente irrelevante ou visto como ação marginalmente suportada por um sistema capitalista que, aparentemente, controla todas as relações poder. Tratava-se, assim, de um quadro de análise muito marcado pela conjuntura política, estando em jogo, sob o ponto de vista do paradigma de análise, a capacidade ou incapacidade de os grupos organizados produzirem ações de natureza revolucionária, entre eles os estudantes.<sup>1 2</sup>

Os estudos mais recentes reconhecem a possibilidade de que manifestações estudantis, mesmo que não orientadas para a transformação revolucionária da sociedade, podem contribuir para o aprimoramento das relações e instituições democráticas na sociedade brasileira. Esse nos parece um expressivo caminho a percorrer e aprofundar nos estudos sobre a participação política da juventude. Por outro lado, os processos menos institucionalizados que recobrem outros segmentos sociais e situações, ainda que no campo da juventude, ainda merecem um conjunto de estudos de modo a compreender os vários formatos em que a presença pública e política dos jovens deixa de ocorrer ou aparece de modo bastante tímido na sociedade brasileira no final dos anos 90.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Teses

ANDRADE, Márcia Regina de Oliveira. *A formação da consciência política dos jovens no contexto dos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. Campinas, 1998. 257 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

ANJOS, Maria Cecília Tinoco dos. *Um ritual estudantil na cidade do Rio de Janeiro: a Escola Municipal Júlia Kubitschek sai às ruas*. Rio de Janeiro, 1996. 140 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

FARIA, Lia Ciomar Macedo de. *Olhar feminino sobre ideologias e utopias dos anos 60: discurso fundador de uma geração*. Rio de Janeiro, 1996. 205 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

GUIMARÃES, Elizabeth da Fonseca. *Voto do eleitor jovem: do ideal democrático à experiência cidadã*. Campinas, 1998. 229 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. *Movimento estudantil e memória: contribuição à construção de fontes de pesquisa em Educação*. São Carlos, 1995. 488 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos.

LEITE, Denise Balarine Cavalheiro. *Aprendizagem e consciência social na universidade*. Porto Alegre, 1990. 192 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

<sup>12</sup> A leitura de certos textos influenciou algumas análises, como o de Ianni (1968), com a sua consideração de que os adultos tutelam a juventude para perpetuar os sistemas de valores da sociedade burguesa. Os conflitos de gerações no interior da família seriam apenas o *choque inicial* que poderia mudar, de forma revolucionária, a sociedade. Diferentes “áreas de fricção” se apresentam para o jovem nos contatos que ele estabelece em seus diversos relacionamentos sociais. O radicalismo do jovem seria distinto da simples rebeldia do inconformado; a ação radical da juventude se fundaria numa *consciência adequada e sintetizadora*. A atuação política do jovem radical se daria, então, como uma relação de seriedade, rigor e *negatividade com o presente*.

SANFELICE, José Luis. *Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64*. São Paulo, 1985. 276 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SILVA, Paulo Sérgio da. *Imagens, lembranças, reflexos e reflexões da adolescência: a busca da autonomia e do desenvolvimento da maturidade*. São Paulo, 1998. 191 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

### **Dissertações**

ANDRADE, Carlos Alberto Nascimento de. *A organização política dos estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1974-1984)*. Natal, 1994. 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

BARBOZA, Pedro Lúcio. *Educação formal e não-formal: um diálogo necessário*. João Pessoa, 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Os limites do movimento estudantil (1964-1980)*. Campinas, 1987. 289 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

FERNANDES, Ana Lúcia Cunha. *A representação e a participação estudantil na Faculdade Nacional de Filosofia na década de 60*. Rio de Janeiro, 1996. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. *Política e universidade: a consciência estudantil – 1964-1979*. São Carlos, 1986. 232 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos.

MORAES, Marco Antônio de. *Alegria, alegria, a onda jovem da cidadania: a construção do sujeito social*. Rio de Janeiro, 1995. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

PACHANE, Graziela Giusti. *A universidade vivida: a experiência universitária e sua contribuição ao desenvolvimento pessoal a partir da participação do aluno*. Campinas, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

PEREIRA, Guilherme Antônio Rodrigues. *As representações políticas do jovem estudante numa cidade média do Nordeste: investigação realizada com estudantes do segundo grau da cidade de Maceió, AL*. Rio de Janeiro, 1986. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

PEREIRA, Isabel Brasil. *Rompendo a reprodução: educação e movimento estudantil secundarista no Rio de Janeiro (1976-1990)*. Rio de Janeiro, 1991. 209 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

PESCUMA, Derna. *O grêmio estudantil: uma realidade a ser conquistada*. São Paulo, 1990. 177 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

RAMIREZ, Jussara Martins Silveira. *A participação do aluno no conselho de escola na rede municipal de ensino em São Paulo e a formação da cidadania*. São Paulo, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

SAMPAIO, Sueli Fátima. *Participação do estudante na vida universitária: uma reflexão acerca de suas determinações*. Campinas, 1995. 78 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

SILVA, Justina Iva de Araújo. *Estudantes e política no Rio Grande do Norte*. Natal, 1987. 355 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

TAKAHASHI, Emilia Emi. *Adolescentes e política no Brasil: um estudo entre estudantes do segundo grau do interior de São Paulo*. Campinas, 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

VALLE, Maria Ribeiro do. *O diálogo e a violência: movimento estudantil e ditadura militar em 1968*. Campinas, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

### **Livros e Artigos**

ALBUQUERQUE, José A. G. *Movimento estudantil e consciência social na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

AMMANN, Safira Bezerra. *Movimento popular de bairro: de frente para o Estado, em busca do Parlamento*. São Paulo: Cortez, 1991.

BERGER, Peter I.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1973.

BRESSER PEREIRA, L. C. *As revoluções utópicas: a revolução política na Igreja, a revolução estudantil*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

BROCKMANN MACHADO, M. Ideologia, socialização política e dominação. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, 1980.

\_\_\_\_\_. *Political socialization in authoritarianism systems: the case of Brazil*. Illinois, University of Chicago, 1975.

CASSIRER, Ernst. *Antropologia filosófica*. São Paulo: Mestre Jou, 1972a.

\_\_\_\_\_. *Linguagem e mito*. São Paulo: Perspectiva, 1972b.

CAZENEUVE, Jean. *Sociología del rito*. Buenos Aires: Amorrortu, 1971.

DOISE, W.; PALMONARI, A. *L'étude des représentations sociales*. Paris: Nauchâtel, 1986.

DURKHEIM, Émile. *The elementary form of religious life*. Glencor: Free Press, 1974.

FORACCHI, Marialice Mencarini. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Pioneira, 1972.

\_\_\_\_\_. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.

GOHN, Maria da G. M. *Movimentos sociais e educação*. São Paulo: Cortez, 1992.

- HELLER, Agner. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Sociologia de la vida cotidiana*. Barcelona: Ed. Península, 1987.
- HOLLANDA, Heloisa B. de; GONÇALVES, Marcos A. *Cultura e participação nos anos 60*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- IANNI, Octávio. O jovem radical. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Belo Horizonte, n. 3, p. 121-142, 1968.
- JODELET, Denise. La representación social: fenómenos, concepto y teoría. In: MOSCOVICI, S. (Org.). *Psicología Social*. Barcelona: Paidós, 1985.
- JODELET, Denise (Org.). *Les représentations sociales*. Paris: PUF, 1991. (Sociologie d'Aujourd'hui).
- KERTZER, David. *Ritual, politics and power*. New York: Vail Ballou Press, 1988.
- LANE, Silvia T. M. Estudo sobre a consciência. *Psicologia & Sociedade*, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 95-105, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Novas veredas da Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- LANE, Silvia T. M.; CODO, Wanderley (Org.). *Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- LEACH, Edmund. *Cultura e comunicação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- LEONTIEV, A. N. *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.
- LIMA, Haroldo; ABRANTES, Aldo. *História da ação Popular da JUC ao PC do B*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.
- MARTINS FILHO, J. R. *Movimento estudantil e ditadura militar – 1964-1984*. Campinas: Papyrus, 1987.
- MOSCOVICI, Serge. *Pensamiento y vida social*. Barcelona. Paidós, 1985. (Psicologia social, 2).
- MOSCOVICI, Serge; DOISE, Willem. *Dissensões e consenso*. Lisboa: Livros Horizonte, 1991.
- OFFERLÉ, Michel. Éclats de voix: l'élection comme objet de science politique. *Regards Sociologiques*, Paris, n. 7, 1994.
- \_\_\_\_\_. *La nationalisation de la citoyenneté civique en France*. [S. l.], 1995. Colloque International How did they become voters? The history of franchise in modern European representation systems. Florence, avr. 1995.
- \_\_\_\_\_. *Le nombre de voix: électeurs, partis et électorats socialistes à la fin du 19 siècle en France*. Paris: RFSP, 1993a.
- \_\_\_\_\_. *Le vote comme évidence et comme énigme*. Paris: Genèses, 1993b.
- \_\_\_\_\_. Mobilisation électorale et invention du citoyen: l'exemple du milieu urbain français à la fin du XIX siècle. In: GAXIE, Daniel. *Explication du vote*. Paris: FNSP, 1985.

- OFFERLÉ, Michel. *Un homme, une voix? Histoire du suffrage universel*. Paris: Découvertes: Gallimard, 1993c.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *A linguagem e o seu funcionamento: as formas do discurso*. 2. ed. Campinas: Pontes, 1987.
- SANDOVAL, Salvador A. M. Algumas reflexões sobre a cidadania e formação da consciência política no Brasil. In: SPINK, Mary J. P. (Org.). *A cidadania em construção*. São Paulo: Cortez, 1994. p. 59-74.
- \_\_\_\_\_. *Social movements and democracy in Brazil: patterns of popular contention and their impact on the process of re-democratization, 1977-1989*. New York: CSSC, 1997a. (Working paper, n. 234).
- SANDOVAL, Salvador A. M. (Org.). *Estudos em comportamento político*. Porto Alegre: Cia. Liberdade, 1997b. p. 13-23.
- SAWAIA, Bader B. *A consciência em construção no trabalho de construção da existência*. São Paulo: 1987. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- SPOSITO, Marília Pontes. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. *Tempo Social*, São Paulo, v. 5, n. 1/2, p. 161-178, 1993.
- \_\_\_\_\_. Estudos sobre juventude e educação. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA, 21, 1997, São Paulo. *Anais*. São Paulo: USP, 1997.
- \_\_\_\_\_. Indagações sobre a educação de jovens filhos de migrantes. *Travessia*, São Paulo, n. 12, v. 5, p. 25-29, 1992.
- \_\_\_\_\_. *O povo vai à escola*. São Paulo: Loyola, 1984.
- TOURAINE, Alain. *La conscience ouvrière*. Paris: Seuil, 1996.
- VYGOTSKY, Lev S. *A formação social da mente*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- \_\_\_\_\_. Concrete human psychology. *Soviet Psychology: a Journal of Translations*, Arlington, v. 17, n. 4, Feb. 1979.
- \_\_\_\_\_. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.